A Educação Superior no Brasil: um olhar a partir da história

Liliane Barros de Almeida [1]

Resumo

O presente estudo procura pensar e compreender o ensino superior no Brasil do período colonial até a formação do Estado Novo, quando se institucionalizou pela primeira vez a universidade no país através do Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931. Trata-se de revisão bibliográfica que ressalta a importância de se estudar a história do ensino superior, considerando-o a partir de sua relação com o desenvolvimento sócio-histórico brasileiro. A proposta é caracterizá-lo frente ao contexto social que está em discussão. Para tanto, realiza-se uma breve reflexão acerca das ações educacionais de cada período histórico mencionado, com a finalidade de suscitar uma discussão em torno da compreensão e do papel do ensino superior na organização da educação no Brasil.

Palavras chave: Historicidade. Sociedade. Educação superior.

The Higher Education in Brazil: a look from the history

Abstract

The present study tries to think and to understand the superior education in Brazil from the colonial period until the formation of the New State, when the university was institutionalized for the first time in the country through the Statute of the Brazilian Universities of 1931. It is a bibliographical review that emphasizes the importance of studying the history of higher education, considering it from its relation with Brazilian socio-historical development. The proposal is to characterize it against the social context that is under discussion. In order to do so, a brief reflection on the educational actions of each historical period made with the purpose of provoking a discussion about the understanding and role of higher education in the organization of education in Brazil.

Key words: Historicity. Society. Higher education.

[1] Mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação-PPGE da Faculdade de Educação da UFG; graduada em Pedagogia pela UFG. e-mail: lilianeufgo@gmail.com

Introdução

Analisar a história do ensino superior no Brasil de forma clara e consistente, não é tarefa fácil. É preciso, antes de tudo, esclarecer alguns pontos essenciais à organicidade do texto. Fez-se necessário pensar num recorte espaço temporal devido à vasta gama de fatos e acontecimentos nesse caminho cheio de altos e baixos, idas e vindas que marcaram a estruturação do ensino superior brasileiro.

O eixo central da exposição é o ensino superior e sua configuração na trajetória da educação brasileira, para isso, privilegiaram-se alguns marcos históricos: a educação jesuítica no período colonial, a educação no Brasil imperial, as transformações da Primeira República e a formação do Estado Novo.

Busca-se através das palavras de Christophe Charles e Jacques Verger (1966, p.7-8), delimitar e especificar o que estará sendo considerado como foco de análise deste trabalho:

> As universidades representaram apenas uma pequena parte do que poderíamos denominar, de modo amplo, Ensino Superior. A partir do invento da escrita, muitas civilizações, antigas ou exteriores à Europa ocidental, criaram, sob uma forma e outra, um ensino superior. [...] Se aceitarmos atribuir à palavra Universidade o sentido relativamente preciso de 'comunidade (mais ou menos) autônoma de mestres e alunos reunidos para assegurar o ensino de um determinado número de disciplinas em um nível superior', parece claro que tal instituição é uma criação específica da civilização ocidental, nascida na Itália, na França e na Inglaterra no início do século XIII. Esse modelo, pelas vicissitudes múltiplas, perdurou até hoje (apesar da persistência, não menos duradoura, de formas de ensino superior diferentes ou alternativas) e disseminou-se mesmo por toda Europa e, a partir do século XVI, sobretudo, dos séculos XIX e XX, por todos os continentes. Ele tornou-se o elemento central dos sistemas de ensino superior e mesmo as instituições não universitárias situam-se, em certa medida, em relação a ele, em situação de complementaridade ou de concorrência mais ou menos notória (CHARLES e VERGER, 1966, p.7-8).

Portanto, tratar-se-á neste estudo o ensino superior, de modo amplo abrangendo sua organização na dimensão de todas as instituições pós ensino médio que ofertam algum grau de ensino constituído e oficializado incluindo aí as universidades. Segundo Reinholdo Ullmann e Aloysio Bohnen, estudiosos das origens da universidade: na Idade Média o termo *universitas* - universidade – não se revestia do sentido que posteriormente, adquiriu e até hoje se conserva. Para ser constituída, bastava um curso ou uma faculdade, que congregasse uma corporação de alunos e/ou professores (ULLMANN e BOHNEN, 1994). Sobre esse aspecto, é relevante apresentar, mesmo que rapidamente, as considerações do professor José Camilo dos Santos Filho (1994):

> [...] o próprio conceito de Ensino Superior pode ser considerado ambíguo. Em alguns países, como a Áustria e Itália, este termo equivale a educação universitária. Em outras partes, como no Reino Unido e Austrália, mais de um setor relativamente distinto de ensino superior pode ser incluído no termo. Por outro lado, países como os Estados Unidos e o Canadá, têm um extenso sistema de '*colleges*' cujo lugar no ensino superior, embora questionável, não pode ser excluído.

> Assim, o ensino superior se refere a todas as instituições pós-secundárias que oferecem algum grau reconhecido, compreendendo desde instituições de dois anos até as escolas de pós-graduação (SANTOS FILHO, 1994. p.8).

Faz-se premente considerar que o ensino superior deveria ser uma organização a serviço do saber, do trabalho intelectual autônomo e necessário à emancipação humana, busca permanente para a solução dos problemas postos pela manifestação da cultura como saber racional. Todavia, a realidade brasileira apresenta um caráter de burocratização e instrumentalização dos indivíduos para o cumprimento de funções e a adequação ao mercado e ao consumo. Diante desses pressupostos, qual seria o sentido e a razão desse nível de ensino, no Brasil, dentro do quadro histórico que se pretende estudar?

Por isso, a finalidade deste trabalho é pensar o ensino superior brasileiro, partindo do processo histórico e social de sua configuração desde o período colonial até a denominada Era Vargas, com o intuito de compreender e conhecer a intencionalidade de sua organização. As discussões pretendem abordar as dimensões históricas e socioeconômicas, visando proporcionar uma reflexão voltada ao que está posto historicamente e em relação às necessidades de nosso tempo.

A Educação Jesuítica no Brasil Colonial

Os padres jesuítas chegaram ao Brasil em 1549, com o objetivo de converter os indígenas ao catolicismo através da catequização.

> Os jesuítas assentam, logo ao desembarcarem, os seus arraiais; fundam as suas residências ou conventos, a que chamavam "colégios"; instalam os seus quartéis, para a conquista e o domínio das almas, penetram as aldeias dos índios, e multiplicando, estabelecem-se ao sul. Em dois séculos ou, mais precisamente, em 210 anos, foram eles quase os únicos educadores do Brasil (AZEVEDO, 1964, p.502).

Apesar de ser o domínio das almas o principal motivo da vinda dos jesuítas à Colônia, há um movimento que se desenha rumo ao fortalecimento de um sistema educacional que se põe a serviço da educação da elite e que converge à manutenção da estrutura social que se fazia presente. É certo que desde sua chegada em 1549 até 1759 quando ocorreu a expulsão da Companhia de Jesus, ou seja, por duzentos e dez anos, os jesuítas detiveram um domínio hegemônico na educação brasileira. Pode-se afirmar que através de seu ensino e metodologia exerceram forte influência na formação da incipiente sociedade brasileira, constituída pelos filhos da burguesia.

De acordo com Romanelli (2010), os padres ministravam a educação elementar para os índios e brancos (com exceção das mulheres), a educação média para os homens da classe dominante, que em parte continuavam nos colégios preparando-se para ingressarem na vida sacerdotal. Aqueles que não desejavam seguir a carreira eclesiástica deveriam completar seus estudos na Europa, tendo como principal referência a Universidade de Coimbra.

Assim é possível afirmar que a educação proposta pela Companhia de Jesus inicialmente visava à catequização da população indígena que aqui se encontrava, mas isso mudou com o tempo, passando à uma educação elitista voltada aos interesses da aristocracia, do funcionalismo público e de dona-

tários representantes da elite da época. Nesse momento a educação começava a se mostrar como requisito para ascensão social.

Conforme apresenta Azevedo (1964):

> Já não era somente pela propriedade da terra e pelo número de escravos que se media a importância ou se avaliava a situação social dos colonos: os graus de bacharel e os de mestre em artes passaram a exercer o papel de escada ou de ascensor, na hierarquia social da Colônia [...] A universidade de Coimbra passou a ter, por isso, um papel de grande importância na formação de nossas elites culturais (AZEVEDO, 1964, p.524-525).

Daí depreende-se a marca elitista e o caráter excludente da educação jesuítica. Juntamente com Romanelli (2010, p.35) pode-se afirmar que se constituiu a elaboração de uma "cultura intelectual transplantada", desvinculada da realidade em que se vivia na Colônia e totalmente reproduzida da Metrópole. Um sistema educacional que não atendia aos interesses da coletividade, mas privilegiava, de um lado, a ascensão social de um pequeno grupo dominante e, de outro, o domínio político e a submissão dos colonizados, compreendido como domínio das almas.

A educação jesuítica no Brasil formou predominantemente clérigos e letrados, dificilmente um estudante que formado em seus colégios tenha se destacado no campo das ciências físicas e naturais, atividades cientificas, técnicas ou artísticas. Os ensinamentos utilitários à época: ofícios, atividades manuais e mecânicas, a lida com a terra e outros, eram passados pela informalidade de geração em geração, não havia menção a esse aspecto nos colégios dos padres. O foco não era a educação popular ou profissional e sim a erudição, uma educação voltada aos grupos dominantes com ênfase nas humanidades clássicas.

Como destaca Anísio Teixeira (2005):

> A sociedade colonial compreendia os aborígenes, os negros importados e os brancos imigrados. Esses três grupos representavam camadas sociais, cada uma delas com sua subcultura – a dos brancos era dominante. Os índios, quando não eram escravizados, recebiam uma educação de evangelização nos seus próprios aldeamentos, sob a guarda e proteção dos jesuítas. Os escravos eram educados pelo trabalho forçado e vida nas senzalas. O branco recebia uma educação escolar de qualidade, baseada no saber medieval greco-latino, em sua interpretação teológica ou aristotélico-tomista (TEIXEIRA, 2005, p.131).

Segundo Cunha (2007), os jesuítas estruturaram no país quatro modalidades de ensino que eram sucessivos e propedêuticos: o curso elementar, o curso de humanidades, o curso de artes e o curso de teologia. O curso elementar deveria ensinar as primeiras letras, ou seja, ensinar a leitura, a escrita, os cálculos básicos e a doutrina católica. O curso de humanidades era ministrado em latim, tinha dois anos de duração e ensinava, sob o nome de erudição, a retórica, a gramática, a geografia, a história e a mitologia. O curso de artes, também chamado de curso de ciências naturais ou curso de filosofia, tinha a duração de três anos e aí se ensinava lógica, física, matemática, ética e metafísica, formavam-se nesse curso bacharéis e licenciados. Tinha o caráter propedêutico aos cursos universitários de Coimbra. O curso de teologia, voltado para a formação

eclesiástica, tinha a duração de quatro anos, seu currículo se dividia em duas matérias: a teologia especulativa e a teologia moral, que estudavam, respectivamente, os dogmas católicos e as questões éticas das práticas cotidianas.

Apesar de várias tentativas não se constituiu no Brasil, durante o período jesuítico, uma universidade. O Rei de Portugal proibiu a criação de universidades nas colônias, na intenção de manter sua dependência em relação à metrópole. Aqueles que almejassem o ensino universitário, após concluir o curso de artes ou de humanidades, teriam que se deslocar até a metrópole e lá permanecer até a conclusão de seus estudos.

Sobre isso Anísio Teixeira (2005) acrescenta:

> Não havia, pois, entre a Metrópole e a Colônia, diferença quanto ao nível ou conteúdo da educação intelectual, pois toda educação local ministrada pelos jesuítas iria completar-se com a educação universitária na Metrópole. Até meados do século XIX, a universidade do Brasil foi a Universidade de Coimbra, onde iam estudar os brasileiros, depois dos cursos no Brasil nos reais colégios jesuítas. O brasileiro da Universidade de Coimbra não era um estrangeiro, mas um português nascido no Brasil [...] (TEIXEIRA, 2005, p 135-136).

Sem dúvida, foram os interesses religiosos e políticos que moveram a ação educativa dessa Companhia, que encontrou no ato de ensinar uma forma eficaz de dominação e conformação das almas. Seus colégios privilegiavam a formação de uma pequena elite, preparada para o comando da sociedade.

A educação brasileira no período colonial se caracterizou, de um lado, por forte cunho religioso, o ensino era ministrado quase exclusivamente através da obra jesuítica que tinha por finalidade a conversão dos indivíduos ao cristianismo e, de outro lado, pela presença do aspecto elitista da cultura portuguesa europeia sobre a brasílica. Assim como afirma Romanelli (2010, p. 34) "[...] a obra de catequese, que, em princípio, constituía o objetivo principal da presença da Companhia de Jesus no Brasil, acabou gradativamente cedendo lugar, em importância, à educação da elite".

José Maria Paiva (2003, p. 43) ao discorrer sobre a educação jesuítica no Brasil colonial afirma: "[...] o colégio e a universidade, nesse tempo, eram destinados a pouca gente [...]", não havia interesse, por parte do governo português, que se instalassem estabelecimentos de nível superior no Brasil-Colônia, já que isso poderia representar uma ameaça à ordem social vigente. A educação não era interessante a não ser se estivesse a serviço da submissão e da obediência, servindo de instrumento para dominação política e social, como já vinha acontecendo com a Companhia de Jesus.

Cunha (2003) enfatiza:

> Com a proibição da criação de universidades na colônia, Portugal pretendia impedir que os estudos universitários operassem como coadjuvantes de movimentos independentistas, especialmente a partir do século XVIII, quando o potencial revolucionário do Iluminismo fez-se sentir em vários pontos da América (CUNHA, 2003, p.152).

Decorre disso um atraso de quase dois séculos no que se refere ao desenvolvimento do ensino superior no Brasil. Havia alguns

estabelecimentos de nível superior, que pouco representaram para o desenvolvimento intelectual da colônia, como nos mostra Romanelli (2010):

> O ensino que os padres jesuítas ministravam era completamente alheio à realidade da vida da Colônia. Desinteressado, destinado a dar cultura geral básica, sem a preocupação de qualificar para o trabalho, uniforme e neutro (do ponto de vista nacional, como quer Fernando Azevedo), não podia, por isso, mesmo, contribuir para modificações estruturais na vida social e econômica do Brasil, na época. Por outro lado, a instrução em si não representava grande coisa na construção da sociedade nascente. As atividades de produção não exigiam preparo, quer do ponto de vista de sua administração, quer do ponto de vista da mão de obra. O ensino, assim, foi conservado à margem, sem utilidade prática visível para uma economia fundada na agricultura rudimentar e no trabalho escravo (ROMANELLI, 2010, p.34).

A educação jesuítica correspondia aos princípios de dominação da cultura portuguesa ofertando um ensino diretivo, desvinculado da realidade social da colônia, o que contribuía para o controle exercido pela metrópole.

Nesse período a difusão dos cursos superiores era maior para a formação clerical com o curso de teologia e o curso de artes que se destinava para aqueles que não pretendiam ingressar na carreira eclesiástica, atendia principalmente, segundo Cunha (2003) filhos de senhores de engenho, funcionários públicos, artesãos, mineradores e criadores de gado.

Assim se estruturou o ensino superior brasileiro no período colonial: impregnado dos preceitos religiosos da Igreja Católica e carregado de elitismo e exclusão. Permaneceu arraigado desses princípios até o início do século XIX, período em que ocorre a transferência do poder metropolitano para o Brasil.

O Ensino Superior Brasileiro no período imperial

Em 1808 a família Real portuguesa se transfere para a Colônia devido a conflitos econômicos e políticos ocorridos na Europa. A presença da corte portuguesa no Brasil, com todo seu aparato exigiu alterações em todos os aspectos da vida colonial. A vinda de D. João VI e cerca de 15 mil pessoas que acompanhavam a família real trouxe para a colônia uma vida nova, repleta de mudanças. Houve grande movimento de modernização, criou-se nova mentalidade e nova cultura e com isso surgiram diversas necessidades sociais, econômicas e políticas.

De acordo com Cunha (2007) logo que a frota aportou no Brasil, algumas medidas de ordem econômica foram tomadas, o sistema colonial de troca com a Metrópole foi substituído pela relação comercial com a Inglaterra. No aspecto político houve o processo de autonomia que culminou com a independência da Colônia em relação a Portugal em 1822. O que reforça a instalação da doutrina econômica liberal que preconizava a liberdade de produzir e comerciar. Ampliou-se também o aparelho administrativo e militar reproduzindo o equipamento cultural da corte. Várias unidades militares, superintendências, secretarias e cartórios foram criados. A metalurgia foi impulsionada pela construção de usinas. Foi criado o Banco do Brasil. A nova capital encheu-se de comerciantes. A cidade ganhou uma biblioteca, um museu, um jornal e um teatro.

Essas mudanças alteram o cenário do país e, é claro, a educação se insere nessa realidade, não deixando de ser influenciada por ela. Em decorrência disso algumas ações foram efetivadas no campo do ensino superior, é o que retrata Fernando Azevedo (1964):

> Sobre as ruínas do velho sistema colonial, limitou-se D. João VI a criar escolas com o fim de satisfazer o mais depressa possível e com menos despesas a tal ou qual necessidade do meio a que se transportou a corte portuguesa. Era preciso, antes de mais nada, prover à defesa militar da Colônia e formar para isso oficiais e engenheiros, civis e militares: duas escolas vieram atender a essa necessidade fundamental, criando-se em 1808 a Academia de Marinha e em 1810, a Academia Real Militar. Eram necessários médicos e cirurgiões para o Exército e a Marinha: criaram-se então, em 1808, o curso de anatomia e cirurgia. Não eram menos necessários homens instruídos e técnicos em economia, agricultura e indústria: fundaram-se a cadeira de economia em 1808, o curso de agricultura em 1812, o de química em 1817 e o de desenho técnico em 1818. Todos se destinavam a suprir a deficiência absoluta de técnicos que satisfizessem às necessidades do meio brasileiro em transição para um tipo de vida mais urbana e industrial e para uma melhor organização da economia agrícola do país (AZEVEDO, 1964, p. 562-563).

Esses cursos se destinavam a formar burocratas que serviriam ao estado e especialistas que cumpririam a tarefa de criar e renovar as ideologias de dominação e manutenção do aparato social através da "[...] produção de bens simbólicos para o consumo das classes dominantes [...]", da elaboração de leis e ideologias que "[...] legitimavam as relações de dominação mantidas e dissimuladas pelo aparato jurídico." (CUNHA, 2007, p.64)

Como nos lembra Romanelli (2010):

> O papel, portanto, que os letrados passaram a desempenhar na nova ordem política foi de indiscutível relevância, uma vez que foram eles que, em sua maioria, ocuparam os cargos administrativos e políticos. A importância assumida pela educação de letrados durante toda a monarquia estava diretamente ligada à necessidade de o país ter de preencher o quadro geral da administração e da política ROMANELLI, 2010, p.39).

É possível perceber que o ensino superior se organizou para atender às necessidades de desenvolvimento de um "estado nacional" que se fazia necessário devido às transformações sociais ocorridas dentro e fora do Brasil. A expressão "estado nacional" é emprestada de Cunha (2007) que afirma:

> O Brasil passou a ser a sede da monarquia lusa de 1808 até 1820, quando a Revolução Constitucionalista do Porto exigiu a volta de João VI a Portugal. Durante esse período, passou de colônia a Reino Unido, o que significava que o rei de Portugal seria, também, rei do Brasil, não por ser uma colônia, mas por ser outro Estado. Na volta a Portugal, o rei "prisioneiro das cortes" (parlamento) não foi acompanhado pelo aparelho de Estado que

> para cá trouxe. Este permaneceu aqui, com seu filho Pedro, que, por conselho paterno, acabou tomando para si a coroa, proclamando a independência do Brasil, antes que algum aventureiro o fizesse (CUNHA, 2007, p.70-71).

Por tudo isso, é possível dizer que o Estado Nacional tem sua origem, no Brasil, não em 1822, mas em 1808. Os cursos constituídos serviam à formação de burocratas e especialistas preparados para o controle ideológico da população (conforme explicitado no parágrafo anterior). Outra característica marcante desse período é a de que o ensino tornou-se estatal, mantido pelo estado, financiado por um imposto chamado "Quinto da Coroa" cobrado sobre os produtos exportados do Reino e das colônias.

Sobre a organização do ensino superior no período imperial Cunha (2007) discorre:

> O ensino superior permaneceu praticamente o mesmo em todo o Império. Cursos viraram academias, currículos foram modificados várias vezes, mas o panorama não mudou substancialmente. Toda a prosperidade da economia cafeeira não foi capaz de alterar os padrões de ensino superior, a não ser indiretamente, pela construção de estradas de ferro, para as quais eram necessários engenheiros. As modificações mais notáveis foram a criação da Escola Politécnica, em 1874, no Rio de Janeiro, e a da Escola de Minas de Ouro Preto, um ano depois (CUNHA, 2007, p.70-71).

Durante o período imperial o ensino superior ganhou volume, cursos foram criados, academias foram abertas, mas não se viu grande alteração dos meios ou dos fins desse ensino, pois se desenvolveu em faculdades isoladas, através de modelos educacionais copiados de outros países sem considerar a realidade social e local, além do forte caráter elitista que predominava desde a colônia. Foram várias tentativas de constituir-se no ensino superior uma universidade brasileira e inúmeros projetos elaborados, mas todos foram frustrados. Para os liberais a criação de uma universidade no país se fazia de grande importância, já entre os positivistas, corrente filosófica que influenciou o pensamento brasileiro durante o império, havia a ideia de que uma universidade poderia incentivar o anarquismo e ameaçar a ordem social.

> O positivismo foi a autodenominação de uma doutrina filosófica surgida, na sua forma amadurecida, na França, elaborada por Augusto Comte (1789-1857). Pretendia unificar os conhecimentos do mundo "humano" ao "natural" pela aplicação àquele da metodologia que as ciências naturais teriam desenvolvido: um método "positivo" em oposição ao método "metafísico". O progresso é o desenvolvimento da ordem, segundo as leis que regem a inteligência, a atividade e o sentimento. A doutrina positivista foi uma versão ideológica da sociedade capitalista, nascida dela própria, com o empirismo inglês do século XVIII (Bacon, Locke e Hume). O positivismo começou a ser divulgado no Brasil na segunda metade do século XIX, como um dos elementos de importação cultural. Os positivistas se destacaram a partir do fim do império por suas posições abolicionistas e republicanas. Não se deve pensar que os positivistas

> fossem defensores de causas populares. Pareciam defendê-las quando, na realidade, visavam o aperfeiçoamento das relações de exploração (CUNHA, 2007, pp.87, 88 e 154).

Segundo Cunha (2007), Teixeira Mendes importante líder positivista que se destacou no fim do império, dizia que o Brasil já possuía um número suficiente de instituições destinadas à formação profissional. Fundar uma universidade só traria problemas à organização social, correr-se-ia o risco de uma onda "pedantocrática" da burguesia, que levaria seus filhos, mais do que depressa, à aquisição desses diplomas, acarretando o abandono da formação e o desinteresse nas demais profissões. Utilizava-se ainda o argumento de que seria melhor empregar os recursos, a serem utilizados na universidade para a instrução popular que, naquele momento, era mais urgente e necessária do que a superior, que se destinava a poucos privilegiados.

Configura-se então um ensino superior marcado pela "importação intelectual", termo que denuncia a adoção de padrões educacionais trazidos de países europeus (França e Inglaterra) sem nenhuma articulação com a realidade local, desvinculando teoria e prática (TEIXEIRA, 2005).

Apesar de o discurso da época afirmar que a estrutura de ensino apresentava caráter predominantemente de liberdade e de autonomia, o que predominava nesse nível de ensino era um forte conteúdo ideológico europeu, elitista, dominado pelo utilitarismo da formação profissional e pragmática, sem preocupação com o desenvolvimento de uma cultura nacional.

Sobre isso, Anísio Teixeira (2005, p.166) escreveu:

> Havia no Brasil, na classe governante brasileira, a ideia de que a sociedade que se estava construindo ia ser uma sociedade utilitária, uma sociedade de trabalho e, como tal, não ganharia muito em receber os ornamentos e as riquezas da velha educação universitária. E a resistência se mantém. Somente em 1920, a República dá o nome de universidade às escolas profissionais superiores que havia no Rio de Janeiro. O Brasil conservava a posição de defender uma educação superior de tipo utilitário e restrito às profissões, esquecendo-se de sua função de formadora da cultura científica chamada pura ou "desinteressada" (grifo do autor) (TEIXEIRA, 2005, p.166).

No fim do período imperial, a realidade do ensino superior era de poucos estabelecimentos de ensino com uma política educacional que dava continuidade à tradição aristocrática típica do período colonial. As reformas ocorridas somente aperfeiçoaram aquilo que já existia sem alterar a estrutura, sem suprimir o caráter elitista de exclusão que impedia o avanço e o desenvolvimento desse nível de ensino às demais camadas da população.

O Ensino Superior na primeira República

O fim do Império e início da República assistiu a acontecimentos importantes para a sociedade brasileira: troca de regime político, abolição da escravatura, introdução de

mão-de-obra livre, política imigratória e o primeiro surto industrial. Em 15 de novembro de 1889, o Marechal Deodoro da Fonseca num golpe de estado, proclama a República e a partir daí o Brasil deixa o sistema monárquico e passa a ser republicano.

Nesse contexto implantou-se a federalização, uma nova forma de organização para o país. Os espaços territoriais antes chamados províncias ficariam agora unidos pelos laços da federação e constituiriam os Estados Unidos do Brasil. Dessa forma, cada estado da federação passaria a ter sua própria constituição, com governos eleitos e forças políticas autônomas.

Com isso, ocorreu uma forte diversificação e ampliação dos serviços ofertados pelo poder público e a educação ganhou papel de destaque na busca pela consolidação e implantação desse novo regime.

Do ponto de vista de Luís Antonio da Cunha (2003, p.157):

> Todo o processo de ampliação e diferenciação das burocracias pública e privada determinou o aumento da procura de educação secundária e superior, pelas quais se processava o ensino profissional necessário ao desempenho de funções que lhe eram próprias. Os latifundiários queriam filhos bacharéis "doutores", não só como meio de lhes dar a formação desejável para o bom desempenho das atividades políticas e o aumento do prestigio familiar, como, também, estratégia preventiva para atenuar possíveis situações de destituição social e econômica. Os trabalhadores urbanos e os colonos estrangeiros, por sua vez, viam na escolarização dos filhos um meio de aumentar as chances destes alcançarem melhores condições de vida (grifos do autor) (CUNHA, 2003, p.157).

Essas mudanças ocorridas no campo da educação, neste início da República, foram positivas. A demanda para os cursos secundário e superior cresceu, o que levou à abertura de novas escolas e faculdades, tanto públicas como privadas. Decorrente disso, essas instituições passaram a se destacar no cenário nacional, levando os estados federados a priorizá-las.

O federalismo deixou "[...] o ensino à mercê das circunstâncias político-econômicas locais [...]" o que "[...] acabou por aprofundar a distância que já existia entre os sistemas escolares estaduais". Isso ocorreu porque os Estados que comandavam a política e eram sede do governo eram favorecidos pelo desenvolvimento, pela facilidade da comunicação e consequentemente da atualização de informações e pelo poder econômico de seus centros comerciais, enfim condições privilegiadas para desenvolver uma estrutura bem mais avançada de ensino que aqueles Estados que estavam afastados do cenário político-econômico do país e que ficaram a mercê da própria sorte no campo educacional, o que "[...] evidentemente, redundou na impossibilidade de se criarem uma unidade e continuidade da ação pedagógica" (ROMANELLI, 2010, p.44).

Na intenção de corrigir este e outros problemas, da educação no Brasil, ocorreram algumas reformas das quais podemos citar: Reforma Benjamin Constant (1890); Códi¬go Epitácio Pessoa (1901); Reforma Rivadávia Correa (1911); Reforma Carlos Maximiliano (1915); Reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz (1925), todas elas de alguma forma procuraram organizar o ensino secundário e superior.

Conforme Cunha (2007), foi nesse contexto que surgiram no Brasil as primeiras

instituições denominadas universidades, mas somente as do Rio de Janeiro (1920) e de Minas Gerais (1927) vingaram. A opção de cursos e o número de estabelecimentos expandiram.

Apesar da proclamada ampliação e expansão do ensino superior, a educação brasileira da Primeira República ainda refletia as influências do passado. Foi um período movido por "reformas consecutivas e desconexas", em que o sistema educacional continuava orientado pela prática elitista, da colônia e do Império, que atendia aos interesses das classes dominantes. Nesse contexto, deveriam atender às demandas da industrialização e do capitalismo que se impunham.

Como conclui Antônio Joaquim Severino (2006):

> As políticas educacionais e culturais efetivamente implementadas não foram necessariamente coerentes, com os valores declarados. Com isso, não se nega o efetivo desenvolvimento ocorrido no país, mas ele não aconteceu por força da realização dos novos valores; ao contrário, ocorreu muito mais pela violência das determinações do capitalismo em sua incansável busca da acumulação, com sensibilidade mínima às necessidades objetivas da maioria da população. (...) a ideologia que prevaleceu foi a ideologia liberal burguesa, laicizada, modernizada e modernizadora, com pretensão de ser fundada na ciência e no reconhecimento da liberdade e da igualdade humanas. Impôs-se assim uma concepção liberal do mundo, da cultura e da educação. Essa ideologia atendia aos interesses da burguesia nacional urbano industrial e justificava a modernização de todos os setores da vida social (SEVERINO, 2006, p.299).

Portanto, as políticas anunciadas pela República não foram suficientes para mudar o panorama excludente tanto educacional como sócio-político daquele período. É possível perceber forte presença dos princípios positivistas na legislação (Assinalamos aqui como legislação as reformas citadas no início desse texto e a constituição de 1891 que foi redigida pela Assembleia constituinte formada em sua maioria por militares positivistas) e na ideologia expressa na concepção de mundo no período da Primeira República no Brasil. A maioria da população continuava excluída das decisões políticas e do acesso aos bens culturais incluindo aí a escolarização, embora o discurso oficial assim o afirmasse.

Segundo Carvalho (1987) na Primeira República torna-se grande a necessidade da instrução do povo daí a preocupação em formar um "novo homem[2]" , um cidadão. Cidadania que se centrava em um aspecto, o direito ao voto, e para exercê-la eram necessários dois elementos: ler e escrever. Justifica-se assim a necessidade de valorização da escolarização como redentora dos problemas nacionais. A intencionalidade desse movimento era instrumentalizar a população para que um maior número de pessoas pudesse votar, no intuito de consolidação da república que, assim como no império,

[2] Essa expressão se apresenta no sentido de explicitar, que aquele homem que compunha sociedade da época, o analfabeto, não serviria mais. Agora a necessidade era de um novo homem, instruído pela escola. Um cidadão que tinha o direito de votar e escolher o seu representante.

atendia aos interesses de uma pequena parcela da população, a classe dominante.

A respeito disso, vejamos o que Jorge Nagle (2009) expõe:

> A transição do regime monárquico para o republicano não implicou transformação mais profunda dos fundamentos sociais da sociedade brasileira. Sob o novo regime político permaneceram, praticamente, os mesmos interesses dos grupos ou classes que se estruturaram no período imperial, embora se possa afirmar que a República já não corresponde a uma sociedade aristocrática e escravocrata. Ela é profundamente um movimento burguês (NAGLE, 2009, p.306).

Essas mudanças sociais reforçam o caráter da educação e em especial do ensino superior como estratégia para ascensão social do indivíduo que estava à margem da sociedade, mas, também serviu de instrumento na busca de ascensão e conformação do poder da burguesia. Coube à educação esclarecer a população, sobre seus direitos e deveres, assim como o direito ao voto. A educação aparece como instrumento de participação política, isto é, era pensada com uma função explicitamente política.

Nesse contexto, a organização adotada para o ensino superior contribuiu para a manutenção do tipo de sociedade e do pensamento dominante. As principais iniciativas e ações do Governo Federal no campo do ensino superior, nesse período, segundo Nagle (2009) foram: a criação da Universidade do Rio de Janeiro e a autorização para instalar universidades em alguns Estados. Atribuíram-se tarefas importantes ao ensino superior, na forma da universidade, tais como o preparo das classes dirigentes (aspecto importante da democracia), a formação dos professores do ensino secundário e superior (até então havia a predominância do autodidatismo) e o desenvolvimento do nacionalismo da juventude.

Cunha (2007) complementa que nesse período:

> O ensino superior era limitado em número de estabelecimentos e de estudantes. Havia escolas superiores voltadas para áreas reduzidas do saber (Medicina e correlatos, engenharia e correlatos, Direito e Agronomia), localizadas em apenas sete cidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Salvador, Recife/Olinda, Cruz das Almas (BA) e Pelotas (RS). Durante a Primeira República, o leque de cursos de ampliou e o número de escolas superiores se multiplicou (CUNHA (2007, p.134).

Cunha (2007) esclarece que na sociedade capitalista, que se impunha, o ensino superior desempenhava, dentre outras, a função de fornecedor de diplomas garantidores de conhecimentos apropriados aos cargos de maior remuneração, prestígio e poder social. Com o processo de expansão/facilitação, desse ensino, essa função chegou a ser ameaçada, pois os diplomas das escolas deixariam de servir de instrumento de legitimação da discriminação social. Para o autor a introdução dos exames vestibulares significou a tentativa de restabelecer a função seletiva de acesso ao ensino superior. Ademais, o imediatismo acelerado pela busca de diplomas de grau superior, comprometia outra função, a de formar os "intelectuais orgânicos" das classes dominantes, que agora necessitavam mais desses diplomas do que nunca, já que a hegemonia de umas das partes sobre

as outras, e de todas elas sobre as demais classes, estava em conflito. A expressão "intelectuais orgânicos" se apresenta no sentido de explicitar, que aquele homem que compunha sociedade da época, o analfabeto, não serviria mais. Agora a necessidade era de um novo homem, instruído pela escola. Um cidadão que tinha o direito de votar e escolher o seu representante.

Toda a organização político-ideológica da Primeira República também não permitiu mudanças mais profundas no ensino superior. Cunha (2007) ao apresentar um panorama do ensino superior, neste período, afirma que foi na Primeira república que surgiram as escolas superiores livres, não dependentes do Estado, de iniciativa de particulares. Houve grande crescimento no número desse tipo de instituição, correlacionado à facilitação do ingresso ao ensino superior. Resultante de aspectos técnico-econômicos, determinados pela necessidade de aumento da força de trabalho altamente escolarizada e por questões ideológicas, com a influência do positivismo.

A EDUCAÇÃO E O ENSINO SUPERIOR NA FORMAÇÃO DO ESTADO NOVO

O período de formação do Estado Novo sinaliza mudanças mais significativas, conforme anuncia Anísio Teixeira (2005, p.196) "A Revolução de 1930, rompe com a situação de imobilismo anterior "abrindo" perspectivas para uma mudança social" que consequentemente refletirá no desenvolvimento educacional no Brasil.

Fernando Azevedo (1964, p.658) observa que esse processo revolucionário no Brasil:

> [...] não teve uma orientação uniforme, mas teve de inicio, dois efeitos de grande alcance, no domínio da cultura e da educação. Intensificando a mobilidade social ou, por outras palavras, a migração de pessoas, como de ideias e de traços culturais, de um grupo ou de uma classe social para outra, e elevando ao poder "homens novos", nem sempre com ideias firmes, mas com menos compromissos, trouxe entre outras consequências, uma rápida mudança social, a desintegração dos costumes tradicionais do velho padrão cultural e maior complexidade nas relações sociais; e, rompendo as linhas de clivagem social entre os vários grupos e classes, contribuiu poderosamente não só para uma "democratização" mais profunda como também para uma intensidade maior de trocas econômicas e culturais. As ideias novas, já em circulação, difundiram-se com mais rapidez quer pelo impulso que lhes deu a própria mobilidade social, favorecida pela revolução e por suas consequências, quer pela demora na elaboração dos princípios fundamentais de uma nova política nacional de cultura (grifos do autor) (AZEVEDO, 1964, p.658).

Entretanto, os traços do modelo utilitarista, com configuração profissionalizante presente desde o império, e dual, resultante da ação de duas políticas opostas: a liberal e a autoritária foram mantidas. A ideia de universidade é melhor delineada, porém através da justaposição das faculdades vis-

to como forma de mascarar o isolamento e enfatizar o ensino profissional. Também se manteve o caráter centralizador e intervencionista das políticas de Estado no que se refere ao ensino superior brasileiro.

De acordo com Luís Antonio da Cunha (2003, p.163):

> A Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder, determinou o início de uma nova era na História do Brasil, só terminada em 1945, quando ele foi deposto por um golpe militar. Durante esses 15 anos, Vargas foi chefe do governo provisório, garantido pelas armas das milícias das oligarquias dissidentes do Exército (1930-34); depois, presidente eleito pelo Congresso Nacional (1934-37); e por último, um ditador sustentado pelo Exército depois do golpe de Estado que instituiu o Estado Novo (1937-45) (CUNHA, 2003, p.163).

A década de 1930 pode ser reconhecida como um marco para a história do Brasil, pois é nesse momento que se processa a urbanização como consequência da industrialização e se destacam inúmeras alterações e movimentos políticos, como: a Revolução de outubro de 1930 e o Estado Novo de 1937, importantes fatos que expressaram o domínio de forças e interesses que influenciaram fortemente o caminho do desenvolvimento capitalista e industrial do país.

O movimento sócio-político, denominado de Revolução, que ocorreu em 1930 foi gerado pela crise econômica no setor agro-exportador no país, somado à quebra da bolsa de Nova York em 1929 e aos embates políticos de segmentos sociais (entre outros os oligarcas e militares) que não se viram considerados pelo processo político da Primeira República. Pode-se afirmar que o golpe de Estado de 1937 se justificaria também pela necessidade de manutenção da ordem e contra o coronelismo ou regionalismo presentes nesse período. Situação esta que gerou divergências entre grupos dominantes dos setores agrários e da burguesia industrial e ainda provocou fortes manifestações oposicionistas.

Em decorrência da modernização capitalista no Brasil e a ampliação do mercado de trabalho e mercado consumidor, surgiram novas camadas sociais e abriram-se possibilidades de mobilidade social na estrutura de classes da sociedade brasileira. Nesse contexto, a educação escolar foi considerada um instrumento imprescindível para a expansão das forças produtivas e fundamental para a inserção social de grande parcela da população que visava a ascensão social. Nesse período, a educação era vista como propulsora do progresso, com a responsabilidade de reconstrução nacional e promoção social, mais uma vez, sendo vista como redentora dos problemas nacionais.

No campo pedagógico ocorria um movimento mundial de renovação escolar denominado *Escola Nova* baseado no discurso pedagógico liberal, que chegou ao Brasil na década de 1920 e que influenciou diretamente várias atividades em favor da renovação da escola aqui instaurada.

> O liberalismo é um sistema de ideias construído por pensadores ingleses e franceses, nos séculos XVII e XVIII, utilizado como arma ideológica da burguesia nas lutas contra a aristocracia. Esse sistema de ideias baseia-se em cinco princípios: o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia. No que se refere à educação, a doutrina liberal postula a independência da escola diante dos interesses particulares de

> classe, credo religioso ou político. A escola é vista como tendo função de despertar e desenvolver os talentos e as vocações dos indivíduos na medida de suas características inatas, de modo que eles possam se posicionar na sociedade conforme suas aquisições e não conforme a herança de dinheiro ou de títulos (CUNHA, 2007, p.230).

É importante assinalar que a década de 1930 foi bastante intensa no sentido do enfrentamento ideológico no aspecto político, econômico e, como não poderia deixar de ser, também no aspecto educacional. Em relação às inovações propostas à educação há que se destacar a elaboração do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, documento que apresentou não só um diagnóstico da educação brasileira, mas também a proposta da criação de um sistema nacional de educação, pautado na organização geral de um programa educacional.

No que diz respeito ao ensino superior, no período de formação do Estado Novo, é preciso ressaltar a promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras pelo decreto 19.851 de 11 de abril de 1931 que estabeleceu os padrões de organização do ensino superior em todo o país e fixou os fins do ensino universitário da seguinte forma:

> Art. 1º O ensino universitário tem como finalidade: elevar o nível da cultura geral, estimular a investigação científica em quaisquer domínios dos conhecimentos humanos; habilitar ao exercício de atividades que requerem preparo técnico e científico superior; concorrer, enfim, pela educação do indivíduo e da coletividade, pela harmonia de objetivos entre professores e estudantes e pelo aproveitamento de todas as atividades universitárias, para a grandeza na Nação e para o aperfeiçoamento da Humanidade (BRASIL, 1931, p.01).

Tão vastos e pretensiosos objetivos denunciam claramente uma visão desvinculada tanto da realidade educacional brasileira quanto dos limites da instituição escolar. A universidade moderna tem como objetivos a investigação científica e o preparo para o exercício profissional. Mas, apesar de ambos estarem presentes nos princípios da legislação, a universidade brasileira vem, desde sua criação, exercendo apenas os objetivos ligados à formação profissional na maioria de suas ações. A falta de tradição de pesquisa deve-se a fatores tais como a estratificação social, a herança cultural arcaica, a forma como tem evoluído a economia e, sobretudo, como se tem dado a industrialização no país (ROMANELLI, 2010).

O Estatuto das Universidades Brasileiras padronizou a organização das instituições de ensino superior em todo o país. Admitia duas formas de constituição deste nível de ensino: o universitário e o instituto isolado. A universidade poderia ser oficial ou livre. Seria chamada de oficial se fosse mantida pelo governo federal ou pelo estadual e seria chamada de livre se fosse mantida por fundações ou associações de iniciativa privada (CUNHA, 2007).

O modelo de universidade apresentado no estatuto era mais uma medida da política educacional autoritária, contrapondo-se aos modelos pretendidos pelos liberais. As principais características do estatuto que denotam seu caráter autoritário: a) dispunha um modelo único, padrão, a pluralidade ou divergência eram consideradas ameaças à ordem; b) a autonomia didática e administrativa eram restritas, toda a congregação de pro-

fessores e técnico-administrativos deveriam ser cooptados pelo poder do Estado; c) a organização da comunidade acadêmica deveria ser pautada por critérios corporativos, de um lado a corporação de professores e de outro o diretório dos estudantes, a vida social ocorreria ao arbítrio das relações com o Estado; d) a universidade era concebida também como centro difusor de ideologia através da extensão e do Museu Social (CUNHA, 2007).

Nesse sentido, as universidades brasileiras não passavam de um aglomerado de faculdades isoladas. O ensino superior nesse contexto histórico se organizava numa justaposição de faculdades que somente usavam o termo Universidade como forma aparente, porém, em sua essência se mantinha no isolamento das instituições de ensino superior.

Conforme descreve Anísio Teixeira (1988):

> A universidade é uma confederação de escolas unidas pelos laços de uma coordenação central exercida pelo Conselho Universitário, Conselho de Curadores e Reitor, atuando mais como órgãos de controle que como órgãos de propulsão e desenvolvimento. Ao lado das universidades, com suas unidades de ensino incorporadas ou agregadas, subsistem os estabelecimentos isolados de ensino, que não apresentam diferenças substanciais dos incorporados ou agregados. [...] a expansão do ensino superior é a consolidação do subdesenvolvimento da universidade. Sua expansão longe de ser uma reforma, é a consolidação do "estabelecido" (grifos do autor) (TEIXEIRA (1988, p.124).

É interessante notar que o que houve foi a consagração do princípio de organização das universidades a partir da reunião de faculdades isoladas ou a aglutinação de unidades preexistentes e a determinação do controle do ensino superior ao governo central.

Outro aspecto a destacar é o de que esse período é também marcado pela ampliação, ainda que contida, de acesso ao ensino superior. Houve um aumento na oferta de cursos "[...] de 1930 a 1945 foram criados 95 novos estabelecimentos, ou unidades escolares de ensino superior, elevando-se o total geral a 181[...]" (TEIXEIRA, 1988, p.125), o que levou, também, ao crescimento do número de alunos "[...] houve um crescimento de 31% do seu efetivo, comparando os dados de 1931 e 1945, resultando numa taxa de crescimento linear média anual de 2,3% no período" (CUNHA, 2007, p.296). Assim a organização do ensino superior se apresenta num misto contraditório entre o conservadorismo e a democratização de acesso, o que reflete o momento histórico vivido pela sociedade, marcada pela ambiguidade do desenvolvimento econômico e político nacional.

Com efeito, é inegável que foi um momento que possibilitou abertura às perspectivas da universidade no Brasil. O que se impunha era um contexto ambíguo, porém, modernizante que propiciou, dentre outros acontecimentos, a concretização de dois grandes projetos: da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal.

A criação da Universidade de São Paulo se deu em 1934, pelo Decreto Nº6283 que propôs como finalidade desta instituição: a) promover o progresso da ciência através da pesquisa; b) transmitir conhecimentos que desenvolvam o espírito e que sejam úteis à vida; c) formar especialistas, técnicos e profissionais em todos os ramos de cultura e das profissões de base científica e artística; d) realizar a popularização das ciências das letras e das artes através

de cursos sintéticos, conferências e palestras, propagação pelo rádio, filmes e congêneres (FÁVERO, 2006).

Mesmo com o nome de universidade essa instituição não passou de uma junção de várias escolas superiores, ou seja, sua criação foi mais uma medida burocrática para unir escolas profissionais superiores já existentes em São Paulo, do que um projeto educacional pensado na dimensão da universalidade; dando continuidade ao caráter utilitário voltado para a formação profissional (CUNHA, 2003).

O decreto de criação e o estatuto da Universidade de São Paulo afirmavam uma pretensa autonomia econômica, porém essa universidade encontrava-se totalmente dependente financeiramente dos recursos do governo estadual. Enquanto a situação assim permanecesse a autonomia plena estaria ameaçada, pois assim sendo seus dirigentes, o reitor e os diretores de faculdade, eram escolhidos por cooptação. O que comprometia toda a ação política da instituição que ficava submetida às ideologias e ações hegemônicas do governo vigente (CUNHA, 2007).

Em 1935 nasce a Universidade do Distrito Federal, graças ao esforço a iniciativa de Anísio Teixeira. Fundada pelo Decreto Municipal Nº 5513, durante a gestão do Prefeito Pedro Ernesto, no rio de Janeiro, capital da República. Mesmo sendo uma experiência bastante curta (sua existência durou menos de quatro anos), foi significativamente marcante para a história e a constituição do ensino superior no país, devido à concepção criadora e inovadora em que essa instituição se desenvolveu. "A UDF surge com uma vocação científica e estrutura totalmente diferente das universidades existentes no país, inclusive da USP" (FÁVERO, 2006, p.25).

De acordo com Clarice Nunes (2000), a inovação da UDF se deu pelo fato de se apresentar como "[...] *locus* de aglutinação de professores [...]" (NUNES, 2000, p.17). A criação dessa instituição refletiu a trajetória de Anísio Teixeira na defesa de uma universidade pública que se preocupa com a universalidade do conhecimento, reforçando sua convicção de que não é possível a sobrevivência digna de um país sem instituições, como a universidade, que sejam capazes de produzir conhecimentos e elaborar suas próprias soluções às questões que assolam a nação. O que se apresenta como eixo norteador na concepção da UDF é a "[...] melhoria da qualificação docente [...]" que na prática era vista "[...] como um misto de ciência e arte [...]" (NUNES, 2000, p.17), deveria também ter como função primordial a difusão e a produção do conhecimento e da pesquisa.

Clarice Nunes (2000) conclui ainda que:

> Mesmo com uma duração efêmera, a UDF deixou seu legado às novas gerações. O seu legado é sua própria concepção, que enraizava a universidade à sociedade, entendia a ciência como crítica e autocrítica, construía o saber universitário no diálogo com diferentes campos de conhecimento e, dentro dessa forma de entender o ensino superior, ancorava a Escola de Educação articulada ao sistema educativo como um todo, locus de intersecção das ciências, da filosofia e da prática educativa, espaço de formação profissional da educação valorizado na sua dimensão intelectual. Expressa-se aí uma convicção simples de entender e difícil de praticar: não há possibilidade de apri-

> morar a educação em qualquer nível sem aprimorar a formação docente (NUNES, 2000, p.18).

Apesar de ter sido uma instituição idealizada numa perspectiva autônoma, produtora de saber, formadora de indivíduos críticos e detentora de rigor cientifico e político, em 1939, quase quatro anos após sua fundação, seu projeto foi suprimido e substituído, incorporando-a a Universidade do Brasil. Seu projeto e toda sua estruturação eram contrários aos propósitos educacionais e universitários da ideologia dominante governista.

As circunstâncias desse período levaram, por um lado, à constituição e ampliação de um sistema de educação que buscava atender a grande massa populacional (que pode ser comprovado pela expansão da rede pública de ensino primário, registrada no período) e, por outro lado, originou variados projetos de reestruturação do ensino secundário e superior de educação voltada para as classes dirigentes da sociedade brasileira.

Dito de outro modo por Paschoal Lemme (2004):

> O "Estado Novo" pode ser assim classificado como um período de "modernização conservadora", como vem sendo denominado esse processo de evolução econômica dos países subdesenvolvidos que, entretanto, deixa à margem do progresso a maioria do povo, num tipo de desenvolvimento que tem sido denominado também de dependente e excludente (grifos do autor) (LEMME (2004, p. 32).

Em vista disso, pode-se afirmar que todo o conjunto de transformações ocorrido na base material da sociedade, no período de formação do Estado Novo, criou novas necessidades para o setor educacional que, todavia, não conseguiu corresponder de forma satisfatória a essas novas demandas da sociedade.

Nesse período começou a se desenhar um caminho do que se conhece hoje por universidade, preparando o terreno para o surgimento de avanços em defesa de um ensino superior autônomo, pautado pela liberdade e pela formação intelectual, a serviço dos interesses da coletividade.

Considerações finais

Ao estudar e analisar o percurso da história do ensino superior no Brasil é preciso, em primeiro lugar, considerar sua relação como o desenvolvimento das dimensões sociais, políticas e econômicas. A trajetória histórica brasileira revela uma sociedade marcada pelo elitismo e pela exclusão, que vão influenciar diretamente na organização do sistema educacional e, consequentemente, na organização do ensino superior.

Desde o período colonial, passando pelo Império até a Primeira República, o que se percebe é que existem dois traços bastante marcantes nos projetos e iniciativas que dizem respeito ao ensino superior: de um lado, um ensino voltado para as elites e, de outro, uma série de mecanismos que, de certa forma, dificultavam e excluíam a maior parte da população do acesso a esse nível de ensino.

Esteve presente também nessa trajetória, a ênfase, principalmente na Primeira República, de um exacerbado entusiasmo pela educação o que elevou a escolarização à condição de redentora dos problemas nacionais, num momento de muita efervescência econômica e política em âmbito mundial, assim como de intensa transformação em

todas as áreas da sociedade brasileira. Realmente uma situação em que a escolarização se fazia necessária, não como preocupação com a formação intelectual, mas como preparação para a atuação na indústria e no comércio, momento em que o capitalismo se encontrava em plena consolidação e crescimento. Os interesses maiores eram para a formação básica de grande parcela da população voltada a atender as necessidades da urbanização e industrialização.

Já na formação do Estado Novo, é possível evidenciar um desenvolvimento mais significativo no que tange ao ensino superior, uma vez que se instituiu neste período a idéia de universidade no Brasil, através do Estatuto das Universidades de 1931. Situação resultante de lutas que se configuraram desde o império, em que se buscava a constituição de uma universidade brasileira, mas que só vem a se concretizar nesse período. Houve experiências inovadoras como o caso da USP e da UDF que, entretanto, sucumbiram ao elitismo e ao conservadorismo da época que garantia um padrão de universidade por aglutinação. As faculdades enfatizavam o caráter da formação profissional e a universidade se apresentava como um conjunto de escolas isoladas e justapostas.

Nota-se que as iniciativas políticas e reformistas presentes do período colonial até a formação do Estado Novo não estavam voltadas às necessidades da maioria da população, mas a serviço dos interesses dos grupos dominantes que faziam parte da elite e de uma demanda que atendia aos interesses da economia externa de consolidação da industrialização, da urbanização e das imposições do capitalismo. Em conseqüência, configura-se um Estado centralizador, controlador e intervencionista em suas ações, negando o desenvolvimento autônomo tão desejado e necessário ao ensino superior voltado para a formação intelectual.

De todo modo entende-se que o espaço do ensino superior é o espaço de contradição e deve refletir as lutas e embates da sociedade, negando a reprodução e o conformismo. O próprio esforço para assegurar o controle dessa institucionalização por parte do Estado demonstra o quanto esse nível de ensino é forte e tem um papel social a desempenhar para o desenvolvimento intelectual da população.

A perspectiva deste trabalho não é puramente fazer um exame da história, mas, também buscar compreender o movimento econômico-social que se dá na construção da realidade no aspecto histórico, entendendo o engendramento da organização social constituída.

Somos herdeiros de uma história autoritária e temos uma relação de resistência episódica, as exigências partem da elite intelectual e não atendem aos interesses da coletividade. Na história brasileira houve, em cada período, uma ideologia hegemônica que implícita ou explicitamente se impôs na organização da educação e especialmente do ensino superior, atendendo a interesses que visavam à manutenção da ordem social encontrando no ensino um meio eficaz de conformação e dominação.

Diante disso, acredita-se que o ensino superior brasileiro deva assumir o compromisso com a resistência, no sentido de uma formação que o entenda como locus para o trabalho intelectual com rigor, que busca a crítica e faz, por meio da investigação atenta e cuidadosa, o cultivo do pensamento e da ação pautadas nos conceitos e argumentos fundamentados no conhecimento cientifico. O ensino superior desenvolvido nessa perspectiva formará pessoas que estudam e buscam o saber e, "no exercício de qualquer atividade ou função e nos vários

contextos e momentos de sua existência, possam superar a mera competência técnica especializada" (COELHO, 2006, p.50). Assim, há possibilidade de vivermos e agirmos tendo em vista a plena realização da vida humana em sociedade, da autonomia, da igualdade, da democracia e da justiça.

Assumir a resistência não é um processo fácil e simples, porém, necessário e urgente. É preciso acreditar que cada tempo, cada momento, com suas transformações e movimentos históricos, econômicos, políticos e sociais trazem consigo, uma nova concepção e novas demandas à educação. O que nos exigirá posicionamento e atitudes cada vez mais articuladas com a realidade em que estivermos inseridos.

A partir da compreensão da configuração e do processo histórico e social do ensino superior brasileiro, exposta neste trabalho, parece que o caminho a se fazer é o da resistência, da crítica e da reflexão rigorosa e consciente, buscando compreender a realidade, pensá-la e agir no sentido de transformá-la. A educação, para além dos ditames da organização econômica, pensa a negação da reprodução social, numa ação coletiva de conscientização e formação que respeite o homem e realize a plenitude de sua humanização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, F. **A cultura brasileira:** introdução ao estudo da cultura no Brasil. 4.ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1964.

BRASIL, Senado Federal. Decreto Nº 19.851, 11 de abril de 1931. **Estatuto das Universidades Brasileiras**. Dispõe que, o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário. Rio de Janeiro, abril, 1931.

CARVALHO, J. M. **Os bestializados**: Rio de Janeiro e a república que não foi. São Paulo: Companhia da Letras e Artes, 1987.

CHARLES, C.; VERGER, J. **História das universidades**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1996.

COELHO, I. M. Universidade e formação de professores. In: GUIMARAES, V. S. (Org.). **Formar para o Mercado ou para a autonomia?** São Paulo: Papirus, 2006.

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003.

_____. **A universidade temporã**: o ensino superior da colônia à era Vargas.3.ed. rev. São Paulo: UNESP, 2007.

FÁVERO, M. de L. de A. A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. **Revista Educar**, n.28, p. 17-36. Curitiba: Editora UFPR, 2006.

LEMME, P. **Memórias de um educador**. 2.ed. Brasília: INEP, 2004.

NAGLE, J. **Educação e Sociedade** na Primeira República. 3.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

NUNES, C. Anísio Teixeira entre nós: a defesa da educação como direito de todos. **Revista Educação & Sociedade**, v. 21, n. 73, p.9-40, dezembro, 2000.

PAIVA, J. M. de. Educação jesuítica no Brasil colonial. In: LOPES, E. M. T., FARIA FILHO, L. M. de; VEIGA, C. G. (Org). **500 anos de educação no Brasil**. 3.ed. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2003.

PALMA FILHO, J. C. A república e a educação no Brasil: primeira república. IN: *Pe-dagogia Cidadã* – Cadernos de Formação – História da Educação – 3. ed. São Paulo: PROGRAD/ UNESP/ Santa Clara Editora. 2005, p. 49-60.

ROMANELLI, O. de O. F. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 36.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SANTOS FILHO, J. C. O ensino superior como uma área de estudos e pesquisas: a experiência internacional. **Revista Pro--Posiçõe**s, v.5, n.2, p.5-15. julho, 1994.

SEVERINO, A. J. Fundamentos Ético-Políticos da Educação no Brasil de Hoje. In: LIMA, J. C. F. (Org.). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/EPSJV, 2006.

TEIXEIRA, A. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988.

_____. **Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005. (Coleção Anísio Teixeira; v.10)

ULMANN, R. A.; BOHNEN, A. **A universidade**: das origens à Renascença. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 1994.